

Constituinte é o nome da transição

Ricardo Noblat

Em si, não há nada demais na intenção de um grupo de parlamentares da direita e do centro de apresentar um projeto de constituição que possa substituir o projeto elaborado pelo deputado Bernardo Cabral. O regimento interno da Constituinte não permite tal coisa. Mas se o grupo detém a maioria dos votos da assembleia pode alterar o regimento e aprovar o projeto que bem entender. Caberá à esquerda e às demais facções o legítimo direito de espremer — somente. O exercício da democracia, afinal, pressupõe o respeito à vontade soberana e limpa exercida pela maioria.

A Constituinte foi eleita em episódio de rara liberdade de expressão de pensamento. Foram, seguramente, as eleições mais livres já ocorridas no país. Bem ou mal, a assembleia que agora está reunida em Brasília é a síntese mais próxima possível da sociedade que a elegeu. Respeite-se, pois, o que ela decidir — respeite-se, a essa altura do processo constituinte, o direito de qualquer grupo de se organizar e de tentar impor, pelo voto, seu ponto de vista. Taxar a iniciativa de golpe contra a Constituinte é, simplesmente, concessão à retórica — nada mais.

A idéia do projeto de constituição alternativo só deve preocupar se ele fizer parte, como algumas lideranças responsáveis do PMDB e do PFL entendem que faz, de um projeto mais ambicioso, ora em curso, que pretende culminar com a dissolução da Constituinte — ou, pelo menos, com sua desmoralização completa. Por tabela, com a prévia desmoralização e o enfraquecimento consequente da Constituição que ela venha a produzir. No caso, e só nesse, a iniciativa do oferecimento do projeto poderia ser apontada como uma das faces de um golpe.

Negar que houve erros no processo político que deu à luz a Constituinte e no próprio processo constituinte em si seria agredir o bom senso. O erro original foi o de não se ter convocado uma Constituinte exclusiva que, encerrada sua missão, estivesse automaticamente dissolvida, dando lugar à eleição de um novo Congresso. Foram qualificadas de radicais as vozes que, na época, preconizaram tal fórmula. O presidente José Sarney, de comum acordo, aliás, com o que pensava o presidente Tancredo Neves, preferiu, aconselhado pelas principais lideranças do PMDB e do PFL, convocar eleições para um Congresso que acumularia poderes constituintes.

Sarney, agora, ameaça propor eleições gerais porque não reconhece legitimidade no atual Congresso-Constituinte para enxugar seu mandato, mudar o sistema de governo e continuar operando no novo modelo de regime que se imagina implantar. O método escolhido para confeccionar a nova Constituição foi o mais defeituoso entre tantos que poderiam ter sido escolhidos. De longe, é o responsável por falhas e incoerências que afloram no rascunho de Constituição que está sendo votado pela Comissão de Sistematização.

Em nome do respeito à soberania da assembleia, descartou-se a sugestão de se escrever a próxima constituição a partir de um anteprojeto que poderia ter sido esboçado, como ocorreu em 1966, por um grupo mesmo de constituintes. A assembleia partiu do nada — optou por fragmentar-se em subcomissões e, depois, em comissões, e por tentar, mais tarde, juntar partes de um projeto para compor um projeto. O entendimento míope do conceito de soberania levou deputados e senadores a, praticamente, decretarem o recesso do Congresso enquanto funcionasse a Constituinte.

Resultado: a crise econômica, social, política, administrativa e de autoridade que engolfa o país arrombou a porta da Constituinte e nela se instalou. Não fosse a crise, não estivesse politicamente vago, como está, o cargo de presidente da República, talvez o parlamentarismo não reunisse tantas chances de ser adotado, como retine. Pode vir a dar certo, como em tantos países tem dado. Mas entre nós, aqui e agora, se insinua como uma solução de ocasião. Por ser a ocasião que o país atravessa, como de fato é, uma das mais graves de sua história, é preciso preservar a Constituinte — o que não quer dizer renunciar à crítica dos seus erros.

A transição política é a Constituinte. Já foi, também, o governo do presidente Sarney até quando o governo existiu — até quando, por ambição e ausência de perspectiva da história. Sarney trocou a transição pela crise. Ela antecede o atual governo, existirá apesar dele e continuará a existir depois dele — mas o presidente carregará para sempre em sua biografia o registro de não ter exibido nem competência nem grandeza para, pelo menos, administrá-la de forma razoável. Poderia, se quisesse, amenizar o final melancólico do seu mandato.

Bastaria resgatar seu compromisso anterior de respeitar a soberania da Constituinte.

Explicação errada

Não foi um mal-entendido, como disse o ministro Ronaldo Costa Couto, o responsável pela não liberação de verbas para a prefeitura do Recife. O ministro da Fazenda recebeu ordem direta do gabinete presidencial para não fazê-lo. A ordem foi revogada.

Parlamentar com interesses em empresas vota pró-trabalhador

Brasília — Luiz Antônio

BRASÍLIA — Sem dar ouvidos a Albano Franco (PMDB-SE) e ao seu aviso de que o capitalismo brasileiro está condenado com os direitos que os trabalhadores estão conquistando na Assembleia Constituinte, vários parlamentares com motivos para defender interesses empresariais votaram pela jornada semanal de 44 horas, hora extra em dobro, estabilidade no emprego e licença de 120 dias para gestantes. Os constituintes Severo Gomes, Cristina Tavares, Vilson Sousa, Euclides Scalco e Uldorico Pinto, por exemplo, votaram por esses direitos convencidos de que servirão para modernizar a economia nacional.

Herdeiro de uma milionária família de empresários do Sul dedicados a investimentos nos setores têxtil, hoteleiro e comercial, o constituinte Vilson Sousa (PMDB-SC) votou por essas conquistas trabalhistas por saber que elas são antigas em países de economia de mercado, como a Alemanha, França e Japão. Como já esperava, ele tem recebido queixas de sua família, mas avisou que seus parentes já sabiam de suas posições antes de ser eleito. "Sempre fui a ovelha negra lá de casa, mas deixei claro que não saí como o segundo deputado mais votado de Santa Catarina para votar com os interesses da minha família".

Para os empresários que acham que suas empresas estão comprometidas com os avanços trabalhistas votados até agora, Vilson Sousa manda um conselho literário: "Jeiam Made in Japan, do Akio Morita. É um dos mais expressivos líderes capitalistas do momento e tem um ideal de justiça social que precisa ser conhecido por muito capitalista brasileiro". Na opinião de Vilson Sousa, "o que a maioria dos empresários brasileiros faz é repetir chavões dos setores mais atrasados e monopolistas do capitalismo financeiro, esquecendo que a participação dos salários no PIB nacional não passa de 22%".

Irritado — Em tom de irritação, o senador Severo Gomes (PMDB-SP), dono das tecelagens Paraíba de São Paulo e Paraíba do Sul e da Fazenda Sanana do Rio Abaixo S.A., rebate os argumentos da direita que se bateu contra essas conquistas sociais. "É ser esquerda querer ampliar em 30 dias a licença da mulher gestante? É ser esquerda pagar hora extra em dobro? É ser esquerda dar uma jornada de trabalho condizente com o ser humano?", indaga ele, condenando "a visão arcaica do capitalista brasileiro". Empregando 2 mil 500 trabalhadores, Severo Gomes anuncia que ninguém em suas empresas recebe salário mínimo e que, portanto, nenhuma das conquistas trabalhistas aprovadas até agora vai comprometer a saúde dos seus negócios.

Ele lembra que a indústria têxtil é a mais atingida em épocas de crise, sendo ainda a que ocupa mais mão-de-obra (suas duas tecelagens empregam 2 mil



Cristina Tavares e Uldorico Pinto: família à parte

300 pessoas), mas nem por isso está temendo o futuro. Diz que todas as democracias industrializadas se desenvolveram porque os sindicatos foram fortes, o que ainda está longe de acontecer num país como o Brasil, onde "um ministro chega a telefonar para um juiz, a fim de pedir-lhe que não conceda reajuste salarial a trabalhadores".

Na avaliação do senador Albano Franco, as empresas das regiões Sul e Sudeste do país podem até sobreviver com as novas medidas econômicas que o país incorporará, mas no Nordeste a situação vai ficar intransponível. Ao saber dessa opinião, o senador Severo Gomes disse que, se a economia do Nordeste já é fraca, os salários ali são mais baixos. Portanto, explica, não pesará tanto para o empresário pagar hora extra em dobro. Mas se as novas conquistas não prejudicam em nada as empresas, por que o empresário Severo Gomes não as aplica atualmente? O senador responde: "Para não ficar em desvantagem com os meus concorrentes, pois pagando mais obrigações trabalhistas eu teria que vender um produto mais caro. Esse tipo de medida só serve quando determinado por lei, para atingir todos os empresários de uma vez".

Economia feudal — Irmã de Paulo Tavares, empresário com uma rede de seis hotéis em Pernambuco e Alagoas, mas participado apenas com um por cento nesses investimentos, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) também teria tudo para defender interesses patronais na Constituinte, mas vota com os trabalhadores. "Engana-se quem pensa que estamos revolucionando a economia brasileira. Estamos apenas tentando aproximar o país de uma social-democracia", diz ela, lembrando que os argumentos apresentados pela direita hoje são os mesmos invocados quando o Brasil decidiu abolir a escravidão.

Na opinião de Cristina Tavares, com

a modernização dos mecanismos econômicos, dentro de 15 anos o trabalhador não vai ambicionar mais uma jornada de 40 horas, mas de 30, e o problema vai ser como ocupar o tempo disponível dessas pessoas. Sustentando que o Brasil ainda não é capitalista, "mas uma economia feudal com práticas da idade média", ela exemplifica que é comum, no Nordeste, um empregado ficar o resto da vida grato ao patrão por ter-lhe cedido o caixão para o enterro de um filho menor, que morreu por falta de comida.

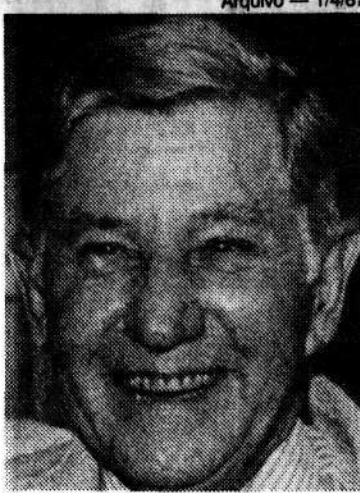
Catastrofismo — Sócio da Policlínica São Vicente de Paula, em Francisco Beltrão (PR), o deputado Euclides Scalco também tinha motivos para não querer pagar hora extra em dobro a empregados, mas votou com todas as propostas trabalhistas aprovadas até agora. E, mais que qualquer parlamentar, ele reconhece que é de dificuldade a situação dos pequenos e médios empresários nacionais. Acha, contudo, e lamenta, que "o catastrofismo" esteja contaminando a todos. Dono de um Passat 81 pela única razão de que não consegue mais comprar um carro do ano, como fazia na década de 70, Scalco acha que o que falta ao empresário nacional é a consciência de que o Brasil precisa se modernizar.

Com opiniões semelhantes, o deputado Uldorico Pinto (PMDB-BA) pertence a uma rica família de fazendeiros no extremo Sul da Bahia. Ainda assim, ele não hesitou em votar pelos direitos dos trabalhadores. Como Vilson Sousa, ele também recebeu telefonemas da família, mas sua resposta foi a mesma: "E não vim para a Assembleia Constituinte para votar em benefício dos empresários". Sem sequer interessar-se pela extensão das propriedades da família, Uldorico tem motivos para esse despreendimento: "No dia que houver reforma agrária neste país, ela começará pelas terras dos meus irmãos".

Severo é criticado como patrão

SÃO PAULO — "Severo Gomes não vem demonstrando ser um bom patrão". A afirmação é de Miranda Machado, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Fiação e Tecelagem de São José dos Campos — município onde fica a fábrica de cobertores Parahyba, do senador por São Paulo, e cujos empregados permaneceram em greve quatro meses, em consequência de atraso no pagamento dos salários.

Machado diz que até hoje, são comuns na empresa de Severo Go-



Severo: ausência

mes os atrasos no pagamento do Fundo de Garantia. Ele conta que a empresa demitiu cerca de 80 funcionários em julho, em consequência de queda nas vendas, e que

40 desses funcionários ainda não tiveram depositado o Fundo de Garantia. Por esse motivo, o sindicato entrou com processo na Justiça do Trabalho em São José dos Campos.

Outra queixa de Machado com relação à Cobertores Parahyba, se refere a questões de segurança no trabalho. Segundo ele, nos boletins que recebe do Ministério do Trabalho, dando conta das inspeções de rotina na empresa, constantemente aparecem problemas como falta de extintores de incêndio e de outros equipamentos obrigatórios. "E não adianta reclamar com o senador", diz Machado. "Quando procurado por nós, Severo Gomes diz que não pisa na empresa há 20 anos e que todas as responsabilidades são de seu irmão, atual diretor da indústria".

Imagem ruim preocupa empresários

BELO HORIZONTE — Os empresários de Minas, em preparativos para engrossarem a Frente da Livre Iniciativa, criada esta semana por confederações que congregam as maiores empresas do país, não escondem uma preocupação: a imagem ruim do setor junto à opinião pública. Quem melhor explica o problema é o vice-presidente nacional da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), Stefan Bogdan Salej:

— Historicamente, união de empresários em Minas lembra inconfidência, golpe, revolução. Salej defende, por isso mesmo, uma união de empresários que não se esgote na tentativa de reverter no plenário da Assembleia Nacional Constituinte as derrotas sofridas na Comissão de Sistematização. Acha "que chegou a hora de a classe buscar um discurso único e ponderado, capaz de devolver-lhes simpatia e credibilidade".

Lembrança — Stefan Salej recorda o famoso grupo dos *Novos Inconfidentes*, que se reunia no edifício Acaiaça, no centro de Belo Horizonte, no início da década de 60, para articular o golpe contra o Governo João Goulart. Dos vários nomes que constam da lista de inconfidentes, citados por René Armand Dreyfuss em seu livro *1964: A Conquista do Estado*, apenas o industrial Nansen Araújo ocupa ainda liderança formal entre o empresariado. Ele é presidente da *Fiemg* — Federação das Indústrias de Minas Gerais.

Nansen Araújo — afastado pela idade do dia-a-dia da direção da *Fiemg* e da organização da frente empresarial — é, porém, o mentor das idéias defendidas por seu repre-



Nansen Araújo: mentor

sentante, o vice-presidente Reynaldo Ramos Ferreira, também presidente do Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado.

Para o empresário, que há duas semanas manifestou interesse em aderir à ABDD — Associação Brasileira de Defesa da Democracia, organizada nos meios militares em Brasília, a optar entre a ordem econômica e social que ele vê delinear-se na Comissão de Sistematização da Constituinte — que considera esquerdista — e uma estabilização direitista, preferiria a segunda, repetindo os passos dados pelo regime instalado em 1964.

O presidente em exercício da CACB — Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Hiram Reis Corrêa, que é presidente da Associação Comercial de Minas, por exemplo, confessa que se fosse empresário, em 1964, teria participado da Marcha da Família, com Deus pela Liberdade. "Era um movimento mais importante do que as diretas já, de 1984. Era um movimento de sustentação à recomposição da democracia que se desejava, então,

Carta da Guanabara será modelo da nova Constituição do Rio

Rogério Coelho Neto

A Constituição do antigo Estado da Guanabara — uma das mais feitas da história política do país, com apenas 81 artigos nas Disposições Gerais e mais 25 nas Disposições Transitórias vai servir de modelo à futura Carta do Estado do Rio, quando de sua adaptação à nova Constituição federal.

A escolha nasceu de uma série de estudos comparativos feitos pelo presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da Assembleia fluminense, deputado Elmiro Coutinho (PMDB): "Ele" vai convidar os remanescentes da Constituinte carioca de 1966 para participarem de um ciclo de palestras sobre *A Constituição Ideal*, entre eles o deputado Amaral Neto (PDS-RJ) e a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), os únicos que ainda se mantêm na política ativa.

Concisão — O deputado Elmiro Coutinho salientou que a Constituição do antigo Estado da Guanabara correspondeu "ao último impulso de liberalismo permitido aos políticos que viveram os percalços da vida pública brasileira, nas duas últimas décadas". Lembrou que o autoritarismo, a partir de 1º de abril de 1964, manietou a ordem constitucional vigente e fez de atos institucionais e complementares, que tudo podiam, uma espécie de catecismo do poder absoluto.

Novo ano depois de promulgada e apenas três de vigência, plena, a Constituição da Guanabara, que primou pela concisão, foi violentada pela reforma constitucional do governo Castello Branco. É que a Carta federal de 1967 exigia uma adaptação de todas as Constituições estaduais ao seu texto frio, quase sem vida, com uma única finalidade: garantir, de maneira absoluta, a nível nacional, regional e municipal, o prevailecimento de uma chamada verdade revolucionária.

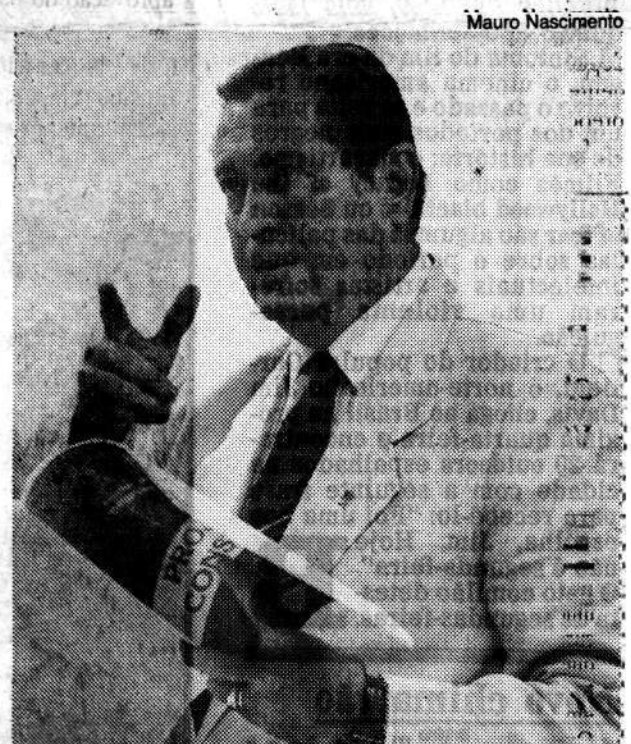
A adaptação, assim, da Constituição carioca de 1966 à Carta *castellista* de 1967, matou o único instituto constitucional que honrou, no país, entre os de efeito puramente estadual, a Carta federal de 1946, que nasceu no após-guerra, transportando para a realidade cabocla os princípios gerais de liberdade de um mundo que ansiava por medidas efetivas de paz duradoura.

Comparações — Elmiro Coutinho, dono de uma boa banca de advocacia no Sul Fluminense, examinou, entre muitas, Constituições estaduais, as de Mato Grosso do Sul e Rondônia, que deram personalidade jurídico-constitucional aos dois mais novos estados brasileiros. Em nenhuma delas encontrou, no entanto, a preocupação acentuada com o social e a síntese perfeita e correta que constituiriam a marca registrada da Carta da Guanabara.

Conversando com políticos que viveram à época toda a construção, artigo por artigo, da Constituição do Estado da Guanabara, o presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais da Assembleia fluminense conseguiu descobrir o autor da revisão gramatical do texto que tanto o impressionou: o professor de Língua Portuguesa e conferencista erudito de palavra fluente (reconhecido pelas mais conceituadas universidades de Portugal, Espanha e Alemanha Ocidental), Gladstone Chaves de Melo.

Contatos — Elmiro manterá, a partir de amanhã, os primeiros contatos com os constituintes do antigo Estado da Guanabara para convidá-los a participar do ciclo de palestras sobre *A Constituição Ideal*. Para Gladstone Chaves de Melo ele tem um projeto mais ousado. Quer convidar o professor, que passou pelas cátedras da Universidade Federal Fluminense, Universidade do Rio de Janeiro e PUC carioca, para rever o texto da futura Carta do Estado do Rio.

O homem a quem o presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da Assembleia deseja entregar a tarefa de enxugar o texto da nova Carta do Estado do Rio foi vereador à Câmara do antigo Distrito Federal de 1951 a 1960. Gladstone Chaves de Melo encerrou sua participação na política ativa como constituinte carioca.



Elmiro: "Carta da Guanabara era enxuta"

Cariocas fizeram inovações em 60

A Constituição do antigo Estado da Guanabara inovou, sobretudo, no social e no econômico. Impedia, por isso mesmo, a abertura de crédito especial ou suplementar, sem prévia autorização legislativa e sem indicação de recursos correspondentes. O crédito extraordinário — hoje uma válvula de escape para custear obras de cunho puramente eleitoral — só era possível em casos de guerra, subversão interna ou calamidade pública.

Para solicitar a abertura de um crédito extraordinário o governador obrigava-se a indicar a destinação dos recursos, numa espécie de prestação de contas antecipada que facilitava as tarefas de fiscalização da Assembleia. A Carta carioca era dura também com o Legislativo. Os integrantes de Comissões Parlamentares de Inquérito não podiam viajar por conta do erário. Vedada, também, "de qualquer modo", subvenção de viagem de deputado ao exterior, salvo no desempenho de missão temporária de caráter diplomático ou cultural, mediante prévia designação do presidente da República ou do governador do estado.

A Constituição carioca dava poderes ainda à Assembleia, na procedência de acusação recebida e pelo quorum qualificado dos dois terços, para destituir dos cargos o governador, o vice-governador e os secretários de Estado. Os deputados podiam, ao mesmo tempo, promover a tomada das contas do governador, caso elas deixassem de ser apresentadas 60 dias após a abertura da sessão legislativa.

O acesso ao serviço público só era possível por concurso de provas ou de provas e títulos. Aos aprovados, a Carta carioca garantia a nomeação 90 dias após a homologação do concurso. Aos portadores de incapacidade física parcial a Constituição assegurava, ainda, o ingresso nos quadros do funcionalismo, medida que não era adotada em nenhum outro estado ou na área do governo federal. Ainda no tocante a pessoal ninguém podia receber menos do que o salário mínimo regional. As controvérsias entre a Guanabara e seus servidores eram dirimidas por uma instância colegiada.

Na educação, a Carta carioca impedia o licenciamento da construção de conjunto residencial de instituição de previdência; sem que fosse incluída na planta área destinada à instalação e funcionamento de escola primária, com capacidade equivalente à estimativa de seus moradores em idade escolar.

A Constituição da Guanabara preocupou-se também com a garantia da preservação do acervo cultural e de belezas naturais do Rio, sem que para isso precisasse ir além de 106 artigos (25 apenas no capítulo das Disposições Transitórias).